

Dia 31 de janeiro de 2017!**Dia histórico para os/as trabalhadores/as nas prestadoras de serviço em telecomunicações no ES****TRT-ES decide que CCT 2015/2016 deve ser CUMPRIDA!**

O Sinttel-ES, informa aos/às trabalhadores/as na Telemont/Oi que, nesta terça-feira, dia 31/01, foi julgada pela 1ª Turma do TRT-ES, a ação que pedia o cumprimento, pela Telemont, da Convenção Coletiva 2015/2016.

A decisão foi favorável ao pedido do Sinttel-ES.

Mais uma vez o Tribunal Regional do Trabalho confirma a sentença já dada pelo juiz Nei A. Pimenta Filho, da 1ª instância. Dentro dessa Ação, tudo o que a Telemont disse foram inverdades. O Departamento Jurídico do Sinttel conseguiu provar que a empresa tentou, de todas as formas, invalidar Convenção Coletiva 2015/2016 que o Sinttel firmou com o Sinstal (Sindicato Patronal).

Essa decisão prova que o Sinttel estava certo e que as atitudes da empresa de jogar os trabalhadores contra o Sindicato tinham um só objetivo: continuar pagando salários aviltantes, miseráveis.

...O SINTTEL APRESENTOU TODAS AS PROVAS CONTRA OS ARGUMENTOS DA TELEMONT. PORTANTO, CUMpra-SE OS QUE ESTÁ PREVISTO NA CCT 2015/2016, A PARTIR DE MAIO/2015

**É UMA VITÓRIA PARA TODOS/AS**

A ação julgada, nesta terça-feira, se refere a um processo contra a Telemont Engenharia de Telecomunicações, que presta serviços para a Operadora Oi.

Porém, o Sinttel-ES tem ações idênticas contra todas as empresas prestadoras de serviço no setor de telecomunicações do ES. Portanto, a decisão do Tribunal, aumenta as chances de vitória nas demais ações de cumprimento da CCT 2015/2016 que o Sinttel propôs para todas as empresas prestadoras.

O objetivo é reduzir a precarização dos salários no setor, pagos aos trabalhadores terceirizados, vítimas dos 19 anos de privatização da telefonia no Brasil.

A briga por pisos salariais um pouco melhores, seja nas operadoras, nas suas empreiteiras e no setor de calcenteres é difícil. Mas a diretoria do Sinttel-ES vem resistindo e avançando para reduzir as diferenças.



TRT-ES decide que Telemont tem de cumprir a CCT 2015/2016

Empresa colocou os empregados contra o Sinttel. E agora, Telemont?

A empresa ainda pode recorrer ao TST, em Brasília. Sinttel lutará pelo cumprimento do pagamento IMEDIATO dos pisos e das diferenças retroativas de salário, tíquete e benefícios. Antes, é preciso esperar a publicação do Acórdão (decisão) para tomar as medidas que o processo exige.

Quando a luta tem tantos obstáculos, a vitória é ainda mais saborosa. Relembre aqui todas as etapas.

Os/as trabalhadores/as da Telemont/Oi começaram essa "briga" por melhores salários entre os dias 13 e 16 de julho de 2015, quando nas assembleias, realizadas em todo o Estado, 222 votaram SIM e 297 votaram NÃO. Dai em diante, as batalhas foram sendo travadas na Justiça do Trabalho.

13 a 16 de julho/2015

Assembleias com os/as trabalhadores/as para decisão final sobre a proposta. Empresa é derrotada por 297 votos, contra 222.

31 de julho/2015

3ª reunião de negociação, sem alteração na proposta da empresa para as cláusulas econômicas. SINTTEL recusa-se a realizar nova assembleia para apreciar proposta já rejeitada.

12 de agosto/2015

4ª reunião de negociação, sem avanços.

31 de agosto/2015

SINTTEL-ES ingressa com Ação de Cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT2015/2016)

03 de setembro/2015

SINTTEL pede o Ministério Público que investigue o abaixo assinado que a empresa vinha pressionando para que os empregados assinassem a fim de obrigar o SINTTEL a realizar nova assembleia.

20 de outubro/2015

Sai 1ª decisão da Justiça do Trabalho em favor dos trabalhadores.

24 de novembro/2015

Empresa alega que a CCT não estava registrada no Ministério do Trabalho e Emprego.

02 de dezembro/2015

Justiça aceita mandado de seguran-

ça da Telemont/Oi, suspende a liminar que previa o pagamento dos pisos da CCT e determina que ela reajuste os salários em 8,42% a partir de dezembro/2016, nos salários e benefícios. Ela só aplicou nos salários.

20 de janeiro/2016

Telemont perde o mandado de segurança (MS). Desembargadora do TRT faz uma retratação em sua sentença e volta a valer a liminar que manda cumprir a CCT, dada em 20/10/2015.

04 de fevereiro/2016

2ª decisão - Justiça determina que a Telemont/Oi comece a cumprir a CCT a partir de fevereiro 2016.

22 de março/2016

Audiência de conciliação sem acordo. O Juiz suspende o cumprimento até que dê a sentença.

23 de maio/2016

3ª decisão da Justiça do Trabalho em favor dos trabalhadores. Pagamento dos pisos a partir de junho/2016.

1º de junho/2016

3º Recurso - Empresa entra com Recurso Ordinário e pede cautelar para suspender decisão.

04 de julho 2016

Telemont não paga os pisos nem a multa e suspende decisão no TRT

27 de julho de 2016

Telemont pressiona trabalhadores em abaixo assinado

24 de agosto de 2016

Telemont comunica que não vai cumprir CCT 2016/2017 negociada com o Sindicato Patronal (Sinstal)

29 de setembro de 2016

Telemont pressiona e Sinstal entra com dissídio contra o Sinttel-ES tentando impor uma outra CCT, cujos pisos salariais são menores

19 de outubro de 2016

Ministério Público rejeita recurso da Telemont na Ação de Cumprimento

25 de outubro de 2016

Reunião sobre dissídio Sinstal x Sinttel-ES mantém impasse

18 de novembro de 2016

Trabalhadores decidem entrar em greve a partir do dia 23/11.

22 de novembro de 2016

1ª audiência de conciliação no processo de dissídio coletivo que o Sinstal ajuizou contra o Sinttel. Sem acordo. Nas redes sociais a empresa mentiu sobre a audiência, desmobilizando os trabalhadores para a greve do dia seguinte.

23 de novembro de 2016

Começa a greve.

24 de novembro de 2016

Telemont/Oi pede à Justiça que breque a greve, mas se dá mal.

30 de novembro de 2016

Greve é suspensa para esperar decisão de dissídio no dia 12/12

05 de dezembro de 2016

Reunião convocada pela Telemont não tem avanços

12 de dezembro de 2016

Telemont não apresenta proposta que atenda reivindicações em audiência do dissídio

16 de dezembro de 2016

Telemont libera trabalhadores para irem ao Sinttel pedir a retirada da ação de cumprimento. Sinttel não retira ação.

21 de dezembro de 2016

Trabalhadores novamente são liberados pela Telemont a fazerem manifestação na porta do Sinttel exigindo a retirada da ação de cumprimento. Criam comissão e vão ao Ministério Público contra o Sinttel.

Sinttel denuncia o Golpe da Telemont contra os seus empregados.

31 de janeiro de 2017

TRT-ES decide que Telemont terá que cumprir CCT 2015/2016.

31/01/2017 - Sinttel-ES

TRT-ES decide que Telemont vai ter que cumprir CCT 2015/2016

No início da tarde desta terça-feira, 31 de janeiro, finalmente saiu a decisão da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho sobre a Ação de Cumprimento ajuizada pelo Sinttel contra a Telemont Engenharia de Telecomunicações. Por unanimidade, os desembargadores José Carlos Rizk, Cláudio Armando Couce de Menezes, José Luiz Serafini e Gerson Fernando da Sylveira Novais (Presidente da Turma) decidiram que a Telemont deve adotar a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT 2015/2016) a partir de maio de 2015.

A empresa ainda pode recorrer ao TST, em Brasília. Mas o Sinttel lutará pelo cumprimento e o pagamento

imediato dos pisos e das diferenças retroativas de salário, fiquete e benefícios desde maio de 2015. Antes, porém, é preciso esperar a publicação do Acórdão (decisão) para tomar as medidas que o processo exige. O Juiz Nei A. Pimenta Filho, da 8ª Vara do Trabalho de Vitória (1ª Instância), já havia determinado, em caráter liminar que a empresa cumprisse a CCT. A primeira decisão dele foi em 20 de outubro de 2015, a segunda em 04 de fevereiro de 2016 e a terceira em 8 de junho do ano passado. Mas a Telemont usou de todos os recursos para não cumprir.

Desde agosto de 2015, cerca de 800 trabalhadores/as viveram o inferno astral nas dependências da Telemont, sofrendo uma pressão enorme por parte da chefia, que queria a todo custo que os empregados desistissem da ação. Manifestações de empregados – todos liberados pela empresa – contra o Sinttel foram realizadas na portaria do Sindicato. Até uma comissão de trabalhadores foi criada para denunciar o Sinttel no Ministério Público do Trabalho.

Essa decisão é uma vitória para todos/as os trabalhadores/as nas empresas prestadoras de serviço em telecomunicações no Estado do ES, uma vez que o Sinttel-ES tem ações idênticas contra outras empresas do mesmo setor no Estado, que elevarão para sempre os pisos salariais dos empregados que desempenham atividades nas redes externas das operadoras Claro, Vivo, Oi e Tim.

A CCT 2015/2016 estabelece pisos salariais por função, acabando com distorções enormes nos salários praticados pela Telemont e todas as empresas prestadoras de serviço do setor, para os trabalhadores de campo.

A decisão também é uma resposta às atitudes antissindicais praticadas pela Telemont contra o Sindicato e os/as seus/as empregados/as justamente para não pagar os salários – que ela considera elevados – mas que estão na faixa entre R\$ 1 mil e 2 mil.

A Telemont queria dar um golpe nos seus empregados e empregadas, que só não aconteceu porque a diretoria do Sinttel não cedeu. “O Sinttel jamais desistiria dessa ação, mesmo porque a empresa já havia perdido liminares, mandados de segurança e um recurso ordinário que recebeu um NÃO GIGANTESCO em parecer de 32 páginas do Ministério Público”, disse a advogada Renata Schmidt, que fez a defesa oral da Ação de Cumprimento diante dos desembargadores.

Além de estabelecer valores melhores para os pisos salariais por função, a decisão da 1ª Turma do TRT-ES sacramenta que o Sinttel apresentou todas as provas contra os argumentos da Telemont, que usou de vários ardiz para enganar a Justiça.



Advogados prontos para as defesas orais



Diretoria do Sinttel espera a decisão favorável dos desembargadores



A advogada do Sinttel, Renata Schimdt espera sua vez para defender o cumprimento da CCT



Diretoria da Telemont (sentada à esquerda) e o presidente do Sinttel-ES Nilson Hoffmann.

01/02/2017 - Telesíntese

Novo modelo de Telecom: senado Envia PLC 79 para sanção

Casa não vai aguardar fim do imbróglio no STF para enviar texto a Michel Temer. Nova legislação modifica as regras do setor, permitindo a migração de concessões de telefonia fixa para regime de autorização, transforma bens reversíveis em investimentos e concede espectro de modo perpétuo.

A Mesa Diretora do Senado Federal mandou ontem, 31, o PLC 79 para sanção presidencial. Uma vez recebido, Michel Temer terá até 15 dias para assinar a lei e fazer qualquer veto. O projeto altera profundamente a legislação brasileira para o setor de telecomunicações.

Passa a permitir, por exemplo, a migração de operações de telefonia fixa sob regime de concessão para modelo de autorização e admite também licenciamento perpétuo (embora a título oneroso, segundo a Anatel, as licenças poderão ser renovadas indefinidamente) de espectro para redes móveis e satelitais. Também facilita a troca dos chamados bens reversíveis, aqueles deveriam retornar ao Estado ao final da concessão, por investimentos em infraestrutura de banda larga

A aprovação do texto pelo Senado é alvo de polêmica. Ele transitou apenas por uma comissão, onde foi aprovado de modo terminativo em poucos dias, sem precisar do crivo do plenário. A oposição entrou com recurso para forçar uma votação pelo conjunto dos senadores, mas teve o pedido negado pela Mesa Diretora.

A oposição, então, acionou o Supremo Tribunal Federal para tentar uma votação em plenário. O tribunal adiou a análise do mérito da questão por causa do recesso no Congresso. O ministro responsável era Teori Zavascki, morto há duas semanas em acidente de avião. Com sua morte, será preciso esperar a nomeação de novo juiz para avaliar o caso.

31/01/2017 - Telesíntese

Braço de infraestrutura da Telecom Italia cresce 4,6% em 2016

Inwit faturou € 333,5 milhões no ano e prevê crescimento constante, acima de 10% ao ano, até 2019

A Inwit, subsidiária de infraestrutura de rede móvel da Telecom Italia, divulgou hoje, 31, os resultados de 2016 e o plano industrial para o próximo triênio. A empresa faturou € 333,5 milhões no ano passado, 4,6% a mais que em 2015. O EBITDA ficou em € 163,6 milhões, um aumento de 13,4%.

A Telecom Italia é controladora da TIM Brasil,

mas a Inwit tem ativos apenas na Europa. Lá, é dona de todas as torres usadas pela TIM italiana, que também são alugadas para outras operadoras. Para o triênio de 2017 a 2019, prevê investir € 300 milhões na instalação de 500 novas torres, 4 mil microcélulas, e mil novas conexões em fibra no backhaul. O crescimento anual do EBITDA esperado será de 13% a 19%.

01/02/2017 - Convergência Digital

Renan Calheiros manda Lei de Telecom para sanção e oposição vai novamente ao STF

O presidente do Senado, Renan Calheiros, nem esperou a volta do recesso legislativo para despachar o projeto de lei 79/16, que altera a Lei Geral de Telecomunicações e abre caminho para o fim das concessões e uma nova etapa de desregulamentações do setor. Segundo a Secretaria Geral da Mesa, o projeto já foi encaminhado à sanção presidencial nesta quarta-feira, 01/2.

Calheiros, que deixa o cargo nesta mesma quarta-feira, desconsiderou o recurso ainda

pendente que pede para o projeto ser levado ao Plenário da Casa – visto ter sido aprovado apenas em comissão especial. Com isso, ignorou também o processo que corre no STF contra essa tramitação acelerada. Mas o grupo de senadores que entrou com aquele recurso já prepara outro, uma medida cautelar com o objetivo de segurar a sanção até uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

O grupo, que inclui senadores do PT, PCdoB, PDT e PMDB,

também avalia uma visita ao STF ainda hoje, para chamar a atenção ao tema. Mas a data parece escolhida a dedo para evitar reações mais fortes, visto que o Senado está mergulhado na eleição para o novo presidente e Mesa Diretora, ainda nesta quarta. Enquanto isso, movimentos sociais pelo direito à comunicação já fazem corpo-a-corpo no Senado, na tentativa de mobilizar e conquistar apoio para reverter a decisão e levar o projeto ao Plenário.

01/02/2017 - Telesíntese

Termina disputa da Oi por ativos na África

Operadora trocou ações que tinha em operação na Namíbia por participação na Africatel



A Oi informou que acabou a disputa travada com sócia na África. A operadora brasileira enfrentava um “procedimento arbitral” no continente, movido pela Samba Luxco, ambas acionistas na holding Africatel, que tem investimentos em operadoras locais de telecomunicações.

Em junho de 2016, Oi (através da subsidiária PT Participações) e Samba firmaram um acordo de permuta de ações. A Oi possuía 75% das ações da Africatel e a Samba detentora dos 25% restantes.

Pelo acordo, a Samba renunciou a certos direitos de aprovação e reduziu a sua participação para 14%. Em contrapartida, a Africatel BV transferiu para a Samba 34% de participação na operadora da Namíbia, Mobile Telecommunications.

“Com a conclusão de tais transações, a Samba libera a Africatel KG, Africatel BV, Pharol e suas afiliadas e sucessoras de todas as reclamações apresentadas na arbitragem, de forma irrevogável e incondicional”, diz o comunicado emitido pela Oi.



31/01/2017 - Vermelho

Sindicalistas afirmam que medidas de Temer não combatem desemprego

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que um entre três novos desempregados no mundo neste ano será brasileiro. Informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Continua divulgadas nesta terça-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam que o desemprego no país atingiu o maior percentual desde 2012. Para sindicalistas medidas de Temer não são capazes de barrar desemprego.

O balanço de desempregados em 2016 atingiu, em média, 11,8 milhões de pessoas, o maior desde o início da pesquisa em 2012. Em 2015 o número de desempregados era de 8,6 milhões em média. Também bateu recorde a taxa de desemprego do ano passado, que ficou em 11,5% enquanto em 2015 o percentual foi de 8,5%.

O aumento dos percentuais permanece quando se compara os números entre o terceiro e quarto trimestre de 2016. Este último registrou, segundo a Pnad, 12,3 milhões de desempregados. Um aumento de 2,7% se comparado ao terceiro trimestre do ano passado.

“Um dos fatores para o aumento do desemprego é influenciado por uma política deliberativa dos empresários com o governo para reduzir investimentos na produção para colocar esses investimentos públicos na ciranda financeira”, declarou Rogério Nunes, secretário de políticas sociais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

“Os recursos que são para pagar dívida deveriam ser direcionados para política de transferência de renda. O baixo investimento na indústria é uma opção de governo, que ao não investir no crescimento, na produção e no emprego deu uma guinada de 180 graus no país e ai consequentemente o desemprego aumenta”, completou Rogério.

Discurso enganador

Na opinião do secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, o que gera emprego é investimento na produção. “Ficar dizendo que a reforma da previdência e a trabalhista vai melhorar emprego é um discurso meio enganador”, enfatizou.

Apesar de admitir que a recente medida de redução de juros foi um passo positivo, Juruna criticou a demora na implementação, considerando que a redução leva pelo menos 6 meses para surtir efeito no mercado de trabalho.

“Por outro lado várias obras estão paralisadas quer seja pela questão da Lava Jato, dos embates em relação à apuração da corrupção e, ao mesmo tempo, por falta de investimento que o governo não tem feito”, explicou Juruna.

Ele reforçou a necessidade de se investir em infraestrutura e em obras de habitação para aumentar o emprego. “É fundamental o investimento social do ponto de vista da habitação. A gente está vendo os conflitos nas cidades por moradia”, completou o dirigente da Força.

Governo omissis

“A maioria das centrais está propondo que haja inversão de prioridades do governo, que insiste em financiar a privatização quando deveria financiar a industrial nacional, as pequenas e médias empresas também. A própria Lava Jato penaliza a empresa e não apenas o gestor. Tem que investigar o corruptor e não a empresa porque vai causar danos aos trabalhadores”, opinou Rogério.

Em recente matéria publicada no Portal Vermelho, o presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), o engenheiro civil e sanita-

rista Clovis Nascimento, afirmou que a Lava Jato em vez de punir os responsáveis promove a destruição das empresas.

Obviamente que todas as pessoas corruptas devem ser exemplarmente punidas, mas destruir toda uma empresa é uma tragédia para o país, para a engenharia nacional e para toda a produção tecnológica”, destacou Clóvis.

Acordo de leniência

Na opinião do presidente da CTB, Adilson Araújo, a retomada de investimentos no país passa pela regulamentação do acordo de leniência previsto no Projeto de Lei nº 3636/2015 que aguarda ir à votação na Câmara dos Deputados.

As centrais de trabalhadores reivindicaram ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que seja acelerada a tramitação do PL. Em nota, os dirigentes das centrais afirmaram que o acordo servirá para impedir o avanço do desemprego além de sinalizar para a retomada do crescimento.

De novembro de 2014 até junho do ano passado, o setor da construção civil, que é um indutor de emprego e renda, demitiu mais de 700 mil pessoas com carteira assinada. Levantamento do jornal O Estado de S. Paulo de meados de 2016 constatou que 5 mil obras estão paralisadas no Brasil inteiro. Os investimentos públicos somam R\$ 15 bilhões.

Ciclo da economia

Quem não faz parte da estatística, vive em clima de apreensão. “Esse é o sentimento que percebemos nas conversas nos sindicatos. Cria-se um clima desfavorável para a economia: o trabalhador não quer gastar porque não sabe o dia de amanhã. Não gasta e a economia não roda. Cria um ciclo vicioso. Sem projeto, sem alternativa. Infelizmente esse governo não dá nenhuma esperança”, ressaltou Rogério.

“Se o trabalhador não tem, ele não gasta. É fundamental que o patronato entenda esse lado da economia”, disse Juruna. Segundo ele, os acordos coletivos estão pautados pela crise econômica. “Os salários não tem sido corrigidos com aumento real em sua maioria já e resultado da crise, do desemprego”, completou o sindicalista.

A defesa de políticas que gerem emprego é dos temas que unificam as centrais, assim como as reformas trabalhista e da Previdência Social. Está última será tema do seminário “Reforma da Previdência Social - Desafios e Ação Sindical”, que será realizado pelo conjunto das centrais e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) nos dias 7 e 8 de fevereiro na cidade de São Paulo.

“A participação do trabalhador nas mobilizações das centrais é importante para pressionar o governo para que retome os investimentos e as obras paralisadas. O trabalhador e a trabalhadora têm sido os mais penalizados pela crise e pelas medidas de ajuste deste governo”, finalizou Rogério.

31/01/2017 - CUT

Estadão quer acabar com sindicatos para tirar mais direitos dos trabalhadores

Para o jornal, todas as reformas que restringem ou acabam com direitos trabalhistas devem ser aprovadas rapidamente, enquanto os golpistas estão no poder

Em matéria publicada neste domingo, 29, "A modernização dos sindicatos", o jornal O Estado de S Paulo defende que a reforma Sindical é uma agenda tão importante quanto a reforma da legislação trabalhista e, portanto, deve caminhar junto com as reformas Trabalhista e Previdenciária - que estão tramitando no Congresso Nacional.

Para o jornal, todas as reformas que restringem ou acabam com direitos e enfraquecem a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e renda devem ser aprovadas rapidamente, enquanto os golpistas estiverem no poder. Acabar com a CLT e a aposentadoria, ampliar a terceirização e, com isso, a exploração da mão de obra sempre foi um dos objetivos do golpe. Destruir os sindicatos é outro sonho antigo dos golpistas. Tudo em nome da tal modernização que, para os patrões, nada mais é do que ter segurança jurídica para explorar os trabalhadores e aumentar seus lucros sem ter de enfrentar sindicatos fortes, combativos e organizados para a luta contra o capital.

Sugerir a tramitação das duas reformas simultaneamente, como fez o jornal, é querer tumultuar o processo e prejudicar ainda mais a classe trabalhadora. Somente com o fortalecimento dos sindicatos realmente combativos, que cumprem suas funções de organizar, mobilizar e negociar, poderíamos então discutir as demais mudanças.

Existe, inclusive, no Congresso a PEC 369/2015, preparada em conjunto com as centrais sindicais de trabalhadores, entidades patronais e representantes do governo, que propõe diversas alterações na estrutura sindical, de forma a tirar espaço das chamadas entidades de fachada e colocar as negociações em torno de acordos e convenções coletivas em um patamar mais aprimorado e condizente com o mercado contemporâneo.

Nós defendemos mudanças, mas jamais essas pretendidas pelo governo golpista e seus apoiadores, na imprensa, no Poder Judiciário e no empresariado, que nada mais querem do que sufocar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras e



umentar ainda mais suas gigantescas taxas de lucro e formas de exploração.

Defendemos o diálogo, a negociação e não uma imposição como defende o jornal Estadão. É natural um jornal fascista - que apoiou o golpe e tem sido pautado pelo ódio e pela mentira - fazer uma matéria totalmente contrária aos interesses dos trabalhadores, sem ouvir sequer um sindicalista que os representa. Mas, entendendo também que isso é pura má-fé.

Desde a criação da CUT defendemos a ratificação da convenção nº 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho); mais liberdade e autonomia sindical, com a substituição do Imposto Sindical por uma Taxa Negocial votada em assembleia pelos trabalhadores,

após negociações bem sucedidas feitas pelos sindicatos; negociação permanente; e organização no local de trabalho. A CUT nasceu justamente para combater a atual estrutura sindical brasileira arcaica, inconveniente, que não contribui para o fortalecimento do movimento sindical.

Insistimos que a CUT sempre esteve aberta aos debates sobre mudanças na estrutura e regulação do mercado de trabalho. Porém, e não poderia ser diferente, nossas propostas sempre objetivaram diminuir as diferenças de salário e renda e melhorar as condições de saúde, segurança e de vida dos brasileiros e brasileiras. O que inclui trabalhadores de empresas de todos esses grupos que defendem reformas sem diálogo, sem negociação, sem consenso com os representantes dos trabalhadores.

Por fim, reiteramos nossa convicção de que o atual governo, por ter sido originado de um golpe jurídico, político e midiático, não tem representatividade nem legitimidade para propor mudanças que afetarão as futuras gerações. Muito menos com o espírito das mudanças que pretende impor à sociedade.

Esse governo busca tão somente a destruição do patrimônio público, dos poucos direitos conquistados pela população, inclusive o de se aposentar, e é pautado, claramente, pela subserviência aos financistas, nacionais e estrangeiros, e aos financiadores do golpe.